

JOSÉ RENATO NALINI

ÉTICA DA MAGISTRATURA



COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE
ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL - CNJ

4.^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Comentários ao Código de Ética
da Magistratura Nacional – CNJ*

JOSÉ RENATO NALINI

4.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição: 2009; 2.ª edição: 2010; 3.ª edição: 2012.

© desta edição [2019]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, micro-fílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com
e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com
Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [05-2019]

Profissional

Fechamento desta edição [01.04.2019]



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura*Produção Editorial**Coordenação*

ANDRÉA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Leonardo Rocha e Rafael Ribeiro*Estagiárias:* Beatriz Fialho e Diene Ellen*Capa:* Linotec*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos*Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação*

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo*Administrativo e Produção Gráfica**Coordenação*

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nalini, José Renato

Ética da magistratura : comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional : CNJ / José Renato Nalini. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-421-1 1149048

1. Direito - Filosofia 2. Ética jurídica I. Título.

19-25815

CDU-340.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética jurídica : Filosofia do direito 340.12.

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO À 3. ^a EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	23
1. Observações iniciais.....	23
2. Os <i>Consideranda</i>	27
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	41
1. Relevância do Código de Ética da Magistratura Nacional.....	41
2. Necessidade de um Código de Ética diante do conteúdo ético da Constituição da República, LOMAN e Código de Processo Civil....	42
3. Exortação dos juízes brasileiros à sua fiel observância, inexistente dispositivo sancionador	68
4. A função docente e exemplar da Magistratura diante dos demais grupos sociais	71
CAPÍTULO II	
INDEPENDÊNCIA	75
1. Independência ética <i>versus</i> independência financeira	92
2. Como se manter liberado de indevidas influências externas?	102
3. Vedação à atividade político-partidária	105
4. Estudo de casos: denúncias de vinculação a grupos financeiros, ao poder político, a confissões religiosas e a times de futebol	109

CAPÍTULO III

IMPARCIALIDADE	115
1. A difícil arte da neutralidade ante a profunda desigualdade natural entre os litigantes	124
2. A luta permanente contra o preconceito	127
3. O atendimento às partes	131
4. A hierarquia normativa dos princípios	136
5. Estudo de casos: o acesso privilegiado aos expoentes da advocacia, o preconceito contra os excluídos e as minorias, a defesa do meio ambiente, bem difuso essencial à sadia qualidade de vida e de natureza intergeracional	143

CAPÍTULO IV

TRANSPARÊNCIA	147
1. A tênue linha divisória entre a publicidade e o <i>marketing</i> da autopromoção	156
2. A clareza na transmissão das informações	164
3. A conduta positiva e de colaboração para com os órgãos de controle e aferição do desempenho profissional	169
4. Estudo de casos: a crítica ao “juiz midiático”, a linguagem hermética e ininteligível, os órgãos correccionais e as associações de classe..	172

CAPÍTULO V

INTEGRIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL	177
1. Inviabilidade da compartimentalização de personalidades	189
2. Recusa a benefícios ou vantagens comprometedoras da independência funcional	193
3. Uso de bens públicos ou de meios disponibilizados para o exercício das funções.....	195
4. Dúvida razoável sobre a legitimidade de suas receitas e de sua situação econômico-patrimonial.....	199

5. Estudo de casos: desequilíbrio gerado pela longa permanência na mesma unidade judicial, a síndrome do *cidadão acima de qualquer suspeita*, o favorecimento pessoal ou de familiares devido à rede de relacionamentos, o abuso na utilização da estrutura estatal para fins pessoais, a aparência desnecessária de riqueza 201

CAPÍTULO VI

DILIGÊNCIA E DEDICAÇÃO 205

1. Ética: alavanca de eficiência 220
2. O excesso de atribuições a subtrair o julgador da sua função precípua 224
3. A responsabilidade acrescida em relação ao juiz-professor 227
4. Estudo de casos: a ética do juiz tende a cumprir a promessa do constituinte de propiciar uma justiça célere, efetiva e eficaz; o juiz *polivalente*, em detrimento da função judicial; desentendimentos com alunos, direção ou administração do estabelecimento de ensino, em que o professor pretende fazer prevalecer a condição de juiz 230

CAPÍTULO VII

CORTESIA 235

1. A falta de educação de berço como fator primordial de conflitos 248
2. A linguagem escorreita, polida, respeitosa e compreensível 252
3. A “juizite”, a arrogância, a prepotência e outras máculas que podem afetar o bom desempenho da jurisdição 255
4. Estudo de casos: egos inflados, autoestima exagerada, comprometimento de todo o Judiciário por despreparo de alguns para o convívio civilizado 258

CAPÍTULO VIII

PRUDÊNCIA 263

1. Exercício contínuo do equilíbrio, da sensatez e do consequencialismo 278

2. Cultivo permanente da tolerância, da paciência e da compreensão para com todos	282
3. Uma palavra ainda sobre o <i>consequencialismo</i>	288
4. Estudo de casos. Imprudência multiforme	292
CAPÍTULO IX	
SIGILO PROFISSIONAL	295
1. Divulgação dos votos no julgamento colegiado	303
2. Estudo de casos: o perigo das conversas levianas e o risco da assessoria não alertada e infensa à contínua fiscalização	305
CAPÍTULO X	
CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO	309
1. O aprendizado é obrigação permanente e não precisa ser lembrada ao juiz ético	315
2. Insuficiente o conhecimento do direito: é essencial o desenvolvimento de capacidades técnicas e atitudes éticas para a sua adequada aplicação	321
3. Investir em seu próprio crescimento como pessoa até a plenitude possível	325
4. Deveres conexos com o conhecimento e capacitação	328
5. Estudo de casos.....	332
5.1 O juiz cursista profissional; a busca de louros acadêmicos, em detrimento da jurisdição; a inércia após o concurso; o desprezo à doutrina e aos precedentes por parte de quem se considera produtor de jurisprudência.....	332
5.2 A crítica à obrigatoriedade de cursos oficiais, a recusa ao estudo sob argumento de excesso de serviço, a transformação do cargo em atividade acessória à carreira acadêmica..	334
CAPÍTULO XI	
DIGNIDADE, HONRA E DECORO	339
1. Vedação à atividade empresarial	350

2. Vedação ao preconceito	351
3. Estudo de casos. Profusão de hipóteses. Desconhecimento do que signifique dignidade, honra e decoro	353
CAPÍTULO XII	
DISPOSIÇÕES FINAIS	361
CAPÍTULO XIII	
O APROFUNDAMENTO ÉTICO	367
1. Reflexão sobre a atualidade e permanência dos atuais ditames éticos.....	373
2. A contribuição pessoal de cada juiz no aperfeiçoamento dos comandos éticos.....	375
3. A tópica na elaboração de um comportamento ético pessoal, mas que não seja írrito com o padrão geral e consensual sobre qual deva ser a conduta do magistrado no Brasil.....	379
4. A prevenção ética como fator de resgate do prestígio da Magistratura brasileira	382
5. Estimular a implementação da Democracia Participativa	383
6. Proposta: inclusão, no Código de Ética da Magistratura Nacional, de preceito não contemplado pelo CNJ mas considerado necessário pelo leitor	389
BIBLIOGRAFIA	391
APÊNDICE: CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	401
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	409